

Fundamentos Filosóficos do debate entre as Estratégias de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa

Jonathan Simões Freitas (Mestrando em Administração pela UFMG)

Daniel Calbino Pinheiro (Mestrando em Administração pela UFMG)

Introdução

Aponta-se que o “Debate Qualitativo-Quantitativo” tem sido sustentado por uma série de fatores, tais como: orientações filosóficas implícitas e conflitantes; comprometimentos intelectuais e estilísticos intensos; manutenção de identidade e recursos em grupos de pesquisa; variações no que se consideram critérios de sucesso dos estudos; e embates ideológicos e políticos (KRANTZ, 1995; THIOLENT, 1997; NUNES, 1978). Na literatura, as próprias conceituações dos termos “qualitativo” e “quantitativo” variam consideravelmente, sendo voltadas ora para um nível de comparação paradigmático-epistemológica, ora metodológica (MORALES, 1995; SALE & BRAZIL, 2004). Nesse sentido, enquanto alguns defendem a perspectiva de que o contraste entre as formas de pesquisa qualitativa e quantitativa é de natureza meramente instrumental – dependendo apenas do tipo de dados coletados ou das técnicas utilizadas nas análises feitas (BERNARD, 2000; SPENCER et al., 2003) –, outros reafirmam que a própria diferenciação entre as duas abordagens teve sua origem no debate entre diferentes paradigmas (SALE et al., 2002). Relata-se que essa situação babélica que se estabeleceu em torno desses termos tem levado a uma série de ambigüidades, polissemias e distorções de significado na literatura da área (MORALES, 1995). Diante disto, propõe-se no presente trabalho discutir essas diferenças e suas implicações, adotando-se a posição de que o cerne da distinção entre as estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa é de natureza filosófica, estando relacionada às diferentes premissas que fundamentam cada uma dessas formas de pesquisa (BURRELL & MORGAN 1979; SALE et al., 2002).

Desenvolvimento

Em geral, sustenta-se que as abordagens qualitativa e quantitativa estão baseadas em paradigmas distintos, isto é, em diferentes conjuntos de premissas relativas à realidade (ie. ontológicas), ao conhecimento sobre essa realidade (ie. epistemológicas) e às maneiras particulares de conhecê-la – ie. metodológicas (BURRELL & MORGAN 1979; SALE et al., 2002). Contudo, há certa divergência quanto à definição de quais são os paradigmas relacionados a cada uma dessas duas estratégias de pesquisa (SALE & BRAZIL, 2004). De qualquer maneira, constata-se uma considerável tendência, na literatura, à predominância da associação da abordagem quantitativa com o Positivismo e da abordagem qualitativa com o paradigma interpretativista/fenomenológico e construcionista (BRYMAN, 1988; THIOLENT, 1997; MORALES, 1995; SALE et al., 2002; SALE & BRAZIL, 2004).

Nesse sentido, no que se refere à estratégia de pesquisa quantitativa, a perspectiva que a fundamenta é a de que todo fenômeno pode ser reduzido a indicadores empíricos que representam a verdade (SALE & BRAZIL, 2004). Dessa forma, a posição ontológica é a de que há uma realidade objetiva que independe da percepção humana e de que há apenas uma verdade sobre essa realidade (SALE et al., 2002; CRESWELL, 2003). Assim, adota-se uma pesquisa realista e materialista (SPENCER et al., 2003). Do ponto de vista epistemológico, sustenta-se que o investigador e o investigado são entidades independentes, argumentando-se que o investigador é capaz de estudar um fenômeno sem influenciá-lo ou ser por ele influenciado (MORALES, 1995; SALE et al., 2002; SALE & BRAZIL, 2004). Dessa forma, a verdade é percebida como algo que descreve uma realidade objetiva, separada do observador e que “aguarda” ser por ele descoberta. A ênfase, nesse

sentido, está na objetividade e na pesquisa nomotética, buscando por explicações causais (CRESWELL, 2003). Assim, no âmbito metodológico, o interesse primordial é a mensuração (BRYMAN, 1988) e a análise da relação causal entre variáveis, tendo juízos de valor, em tese, suspensos. Nesse sentido, a lógica da investigação tende ao modo hipotético-dedutivo e as técnicas desenvolvidas baseiam-se em processos randômicos, testes “cegos”, experimentos controlados, protocolos altamente estruturados e questionários padronizados, administrados de forma escrita ou oral, contendo um leque limitado de respostas pré-determinadas (MORALES, 1995; SALE et al., 2002; CRESWELL, 2003). Além disso, em geral, trabalha-se com grandes amostras, visando-se à obtenção de significância suficiente para se utilizarem técnicas estatísticas (SALE et al., 2002).

Por outro lado, no que se refere à estratégia de pesquisa qualitativa, baseada nos paradigmas interpretativista e construcionista, admitem-se, do ponto de vista ontológico, múltiplas realidades e múltiplas verdades, dependentes da construção particular que cada indivíduo – visto como um agente ativo – faz da realidade (MORALES, 1995; KRANTZ, 1995; SALE et al., 2002; CRESWELL, 2003). Assim, assume-se que a realidade é socialmente construída e está constantemente em mudança (BERGER & LUCKMANN, 2005), adotando-se uma perspectiva idealista e relativista (SPENCER et al., 2003). No nível epistemológico, defende-se que não há acesso à realidade independente da mente e que, portanto, não há nenhum referencial externo em relação ao qual proposições de verdade poderiam ser comparadas, sendo a subjetividade reconhecida e afirmada como inerente ao processo de investigação (CRESWELL, 2003; MORALES, 1995). Nesse sentido, sustenta-se que investigador e investigado estão inevitavelmente ligados, sendo os resultados da pesquisa produtos dessa interação; interação sobre a qual exerce grande influência o contexto particular no qual a investigação é realizada (MORALES, 1995). Portanto, admite-se que a realidade não tem existência anterior à atividade de investigação e que deixa de existir quando deixa de ser percebida (SMITH, 1983 apud SALE et al., 2002). As implicações dessas premissas no plano metodológico expressam-se na ênfase dada aos processos micro-sociais e aos significados, nos estudos qualitativos (SPENCER et al., 2003), tendendo a predominarem, assim, as pesquisas ideográficas (KRANTZ, 1995; MORALES, 1995). O enfoque é dado, portanto, às maneiras pelas quais os sujeitos imersos na situação pesquisada interpretam-na a partir de suas experiências particulares, atribuindo significado aos eventos (CRESWELL, 2003; KRANTZ, 1995). Assim, busca-se, em suma, uma profunda compreensão (mais do que a explicação) do fenômeno na perspectiva dos sujeitos nele envolvidos, levando-se em conta suas experiências, o contexto no qual estão atuando e a natureza mutante e múltipla da realidade construída (SPENCER et al., 2003; KRANTZ, 1995); uma realidade em transformação na qual pesquisador e pesquisado são tidos por inseparáveis, interagindo mutuamente (MORALES, 1995). Nesse sentido, a lógica da investigação é primordialmente indutiva e as abordagens centram-se, principalmente, em torno de estudos de caso, estudos etnográficos e entrevistas não-estruturadas (ou semi-estruturadas), em profundidade e por meio de grupos focais – sendo também adotadas diversas formas de observação¹ naturalística² (BRYMAN, 1988; KRANTZ, 1995; MORALES, 1995). Os métodos utilizados tendem a ser flexíveis, a fim de serem adaptados às particularidades do contexto de aplicação, e as técnicas concentram-se nas análises de conteúdo, discurso, documentos e vídeos (SPENCER et al., 2003). Já as amostras, por sua vez, tendem a ser pequenas, não se objetivando, em geral, nem a análise estatística dos dados nem a generalização das conclusões (KRANTZ, 1995; MORALES, 1995). Pelo contrário, privilegia-se, na amostragem, a escolha por indivíduos que, ainda que não sejam representativos da população como um todo, possam fornecer informações ricas, detalhadas e especificamente relevantes (SPENCER et al., 2003; SALE et al., 2002).

¹ Há, no entanto, questionamentos quanto à adequação de se considerar a observação um método de pesquisa (Notas de aula). ² Por “naturalística”, entende-se a observação que é feita in loco, no seu ambiente natural, e não no contexto de um laboratório, no qual algumas variáveis podem ser sistematicamente controladas.

Feita essa distinção, percebe-se que o que se argumenta, de fato, é que métodos estão diretamente vinculados a paradigmas (SALE et al., 2002; SALE & BRAZIL, 2004) e que, portanto, as abordagens qualitativa e quantitativa são moldadas e representadas por visões específicas sobre a realidade. Nesse sentido, a estratégia de pesquisa qualitativa está baseada em uma perspectiva divergente da quantitativa e, portanto, o próprio fenômeno sob estudo é distinto, dependendo da estratégia de pesquisa adotada (MORALES, 1995; SALE et al., 2002). Dessa forma, considera-se, comumente, que a perspectiva qualitativa é incomensurável em relação à quantitativa (SALE et al., 2002). Diante dessa observação, a única defesa convincente para a utilização de ambas as estratégias de pesquisa em um mesmo estudo seria aquela que desafiaria as próprias divergências entre as premissas que dão sustentação a cada uma das estratégias (SALE et al., 2002). Contudo, assumindo-se a incomensurabilidade entre esses paradigmas, como em geral se faz (SALE et al., 2002), tem-se que o uso de ambas as estratégias em uma mesma pesquisa, visando à integração ou à combinação para validação cruzada (ou para triangulação), viola a pureza filosófica do trabalho. Afinal, dever-se-ia entender que cada estratégia trata de um fenômeno distinto, devido às suas diferentes premissas. Assim, assume-se que, estando sob diferentes paradigmas, ainda que se denominem os fenômenos com o mesmo rótulo, estes continuarão sendo diferentes, do ponto de vista filosófico (SALE et al., 2002). Dessa forma, a única possibilidade (filosófica e metodologicamente razoável) de combinação das duas estratégias em um mesmo estudo seria aquela que visasse à complementação, pela adição de conhecimento acerca de fenômenos distintos (SALE et al., 2002). Portanto, numa determinada pesquisa, diferentes paradigmas devem ser aplicados a diferentes questões de pesquisa e tais paradigmas devem se manter claramente identificados e separados um do outro ao longo do trabalho (SALE & BRAZIL, 2004). Contudo, raramente essa reflexão tem sido feita e diversos estudos têm utilizado as duas estratégias de pesquisa indiscriminadamente, como relatam Bernard (2000), Spencer et al. (2003), dentre outros.

Outra decorrência que se aponta para a premissa de que métodos são vinculados a paradigmas é a de que os critérios para avaliação de pesquisas também devem variar, dependendo da posição filosófica adotada no trabalho (SALE & BRAZIL, 2004). Isto é: ressalta-se a necessidade de se utilizarem diferentes critérios com diferentes ponderações para avaliar o conhecimento produzido a partir das estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa (SALE & BRAZIL, 2004). Assim, os critérios podem ser paralelos, mas desde que aplicados com base em diferentes cânones de rigor, dependendo da estratégia de pesquisa adotada (SPENCER et al., 2003; SALE et al., 2002).

Nesse sentido, vale ressaltar que, em geral, as diferenças entre as estratégias qualitativa e quantitativa acabam se estendendo para uma série de outras dimensões da prática acadêmica que transcendem o debate a nível paradigmático-filosófico. Assim, constata-se que cada uma dessas duas abordagens levou, ao longo das últimas décadas, à emergência de diferentes linhas editoriais nos journals, de distintas fontes de financiamento, de diferentes tipos de expertise entre pesquisadores e, até mesmo, de distintas linguagens científicas, havendo, por vezes, variações no significado de um dado termo, dependendo da perspectiva adotada, qualitativa ou quantitativa (SALE et al., 2002). Por outro lado, o arrefecimento do debate filosófico tem levado muitos à impressão de que as diferenças entre a perspectiva qualitativa e a quantitativa são meramente técnicas (BERNARD, 2000; SALE et al., 2002). Considera-se que esse arrefecimento pode ter ocorrido, por um lado, pela predominância do paradigma positivista no meio científico (THIOLLENT, 1997) e, por outro lado, pela crescente argumentação de que métodos não estão necessariamente vinculados a paradigmas (KRANTZ, 1995). Nesse sentido, sustenta-se que o debate sobre as estratégias qualitativa e quantitativa, ao invés de estar baseado em evidências e argumentação, tem suas raízes arraigadas primordialmente na preferência estilística dos pesquisadores (KRANTZ, 1995). Assim, defende-se que as escolhas metodológicas não precisam envolver considerações filosóficas correlatas (LAVILLE & DIONNE, 1999; SPENCER et al., 2003; BERNARD, 2000; KRANTZ, 1995). Dessa forma, argumenta-se, por exemplo, que um

estudo sistemático em que foi feita a contagem de frequência em respostas a questões abertas não se configuraria como pesquisa qualitativa (BERNARD, 2000; SALE et al., 2002; SPENCER et al., 2003).

Conclusão

O presente trabalho explorou o debate qualitativo-quantitativo, sob a revisão literária de diversos autores, que divergiam no posicionamento de um nível de comparação paradigmático-epistemológica ou metodológica. Constatou-se que os métodos estão diretamente vinculados a paradigmas e as abordagens qualitativas-quantitativas são moldadas e representadas por visões específicas da realidade. Com isso a pesquisa qualitativa torna-se incomensurável em relação à quantitativa. Assim, somente seria viável uma complementação entre as duas, pela adição de conhecimento acerca de fenômenos distintos. Contudo, esta reflexão raramente tem sido feita e diversos estudos utilizam as duas estratégias de pesquisa indiscriminadamente. Isto se evidencia com o exemplo citado por Caldas (2003), que fez um estudo sobre a produção acadêmica em recursos humanos no Brasil do período de 1991-2000, e após o levantamento dos trabalhos sobre quais bases epistemológicas eram utilizadas e a sua congruência com as metodologias, observou que:

Os resultados mostram um retrato preocupante, ao revelar que, na sua maioria, os trabalhos qualitativos da área restringem-se a estudos de caso, limitados em termos de pretensão – a maioria é de natureza descritiva ou explanatória (ilustrativa), sem maior anseio de construção indutiva da teoria. [...] Essa predominância não seria um problema se fosse a área povoada por estudos de múltiplas influências, mais subjetivistas e não funcionalistas; no entanto, na verdade, como vimos anteriormente, a maioria é predominantemente funcionalista, usa uma abordagem teórico-empirista de natureza qualitativa, e representa em geral estudos de caso, que comumente reduzem o estudo à análise de um único evento ou situação especial (p.115-116).

Yin (1998) apud Caldas (2003) ressalta que o predomínio de estudos de casos, no exemplo acima, alerta para o descompasso com a exigência do cumprimento rigoroso de critérios que a tradição funcionalista exige. Conclui-se o presente trabalho com a reafirmação da proposição inicial de que o cerne da distinção entre as estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa é de natureza filosófica e, para os críticos que acreditam que este debate já acabou, compartilha-se da posição de que, talvez, essa divergência crítica pode ser um decreto, no debate qualitativo-quantitativo, indesejavelmente prematuro, assim como foi no debate “ordem-conflito”:

[...] sociologia dos anos 60 tinha colocado o seu foco no "debate ordem-conflito" quer fosse enfatizando o "problema da ordem" quer fosse o "problema de conflito e mudança". No fim dos anos 60 o debate tinha sido considerado morto, e estas duas visões da sociedade eram vistas meramente como dois aspectos da mesma problemática. Ao revisar a literatura relevante deste debate tornamo-nos crescentemente convencidos de que aquele debate tinha tido uma morte prematura (BURRELL & MORGAN, 1979, p. X).

Referências Bibliográficas

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes. 25ª ed, 2005.

BERNARD, H. R. **Social Research Methods**: Qualitative and Quantitative Approaches. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research**. Unwin Hyman, 1988.

BURRELL, G e MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CALDAS, M., et al. A produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. In: **RAE**. Vol. 43, N.1, p.105-122, jan/fev/mar, 2003.

CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

KRANTZ, D.L. Sustaining vs Resolving the Quantitative-Qualitative Debate. In: **Evaluation and Program Planning**. Vol. 18. N° 1, p. 351-365, 1995.

LAVILLE & DIONNE. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MORALES, M. Uses of Qualitative/Quantitative Terms in Social and Educational Research. In: **Quality & Quantity**. Vol. 29, p. 39-53, 1995.

SALE, J.E.M. & BRAZIL, K. A Strategy to Identify Critical Appraisal Criteria for Primary Mixed-Method Studies. In: **Quality & Quantity**. Vol. 38, p. 351-365, 2004.

SALE, J.E.M.; LOHFELD, L.H. & BRAZIL, K. Revisiting the Quantitative-Qualitative Debate: Implications for Mixed-Methods Research. In: **Quality & Quantity**. Vol. 36, p. 43-53, 2002.

SPENCER, L.; RITCHIE, J.; LEWIS, J.; DILLON, L. Quality in Qualitative Evaluation: a Framework for Assessing Research Evidence. In: **National Centre for Social Research**, 2003. Disponível em: <<http://www.natcen.ac.uk>>.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.